

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE
Michele Cristina Pedroso, Leila Maria Ferreira Salles

Eixo 2 - Projetos e práticas de formação continuada
- Relato de Experiência - Apresentação Oral

Este trabalho teve como objetivo caracterizar as políticas públicas direcionadas aos jovens. Para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico referente à temática Juventude e Políticas Públicas. Neste levantamento e análise da bibliografia procuramos identificar as concepções que embasam essas políticas públicas. Em geral as políticas públicas estão direcionadas aos jovens pertencentes aos estratos socioeconômicos mais desfavorecidos da população, moradores na periferia urbana pobre. Os estudos apontam para uma visão negativa desses jovens que são considerados problemáticos e sujeitos a protagonizar condutas desviantes. O tema da exclusão social é comumente enfocado condizentemente as ações e programas governamentais estão voltados a preparar o jovem para o seu futuro com o intuito de incluí-los socialmente.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Michele Cristina Pedroso; Leila Maria Ferreira Salles. Universidade Estadual Paulista
"Julio de Mesquita Filho" - UNESP - Rio Claro. FAPESP

Introdução

Este trabalho teve como objetivo caracterizar as políticas públicas direcionadas aos jovens.

O imaginário sobre os jovens hoje são bastante complexos. Ao mesmo tempo em que são considerados por alguns "problemas" da sociedade são considerados por outros como o "futuro" da sociedade, na qual poderão trazer transformações positivas. Contudo Dayrell (2003) afirma que construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais. Os jovens, enquanto sujeitos sociais constroem um determinado modo de ser jovem que se torna típico de uma época social e que se manifesta e pode ser verificado no cotidiano de vida jovem. Deste modo a juventude ganha contornos específicos conforme o conjunto das experiências que são vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social.

Neste texto porém utilizar-se-á para delimitação dos sujeitos jovens e da juventude enquanto uma época da vida a faixa etária. Deste modo ao falar dos jovens no decorrer deste trabalho estaremos nos referindo aos sujeitos com idade entre 15 e 24 anos tal como definido pela OMS (Organização Mundial de Saúde), o que entretanto não esgota a questão, pois se estar em uma faixa etária comum pode ser considerado um fator que iguala pessoas pertencentes a ela a representação que se tem por jovem não é única. Os jovens são constituídos de imaginários bastante complexos. Ao mesmo tempo em que são considerados por alguns "problemas" da sociedade são considerados por outros como o "futuro" da sociedade, na qual poderão trazer transformações positivas.

A percepção social sobre a juventude tende a ser ambígua e contraditória. Segundo Abad (2003) a juventude é considerada, principalmente a partir dos anos 60, como um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos, mas também como um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a auto-estima e/ou com a personalidade. Também de acordo com Bourdieu (1983) os jovens estão em um momento da vida em que se está mais aberto a apreensão de novos conhecimentos, posturas e construções de novas relações sociais, sendo então uma fase determinante para seu futuro, mas ser jovem não pode ser reduzido a isso. De acordo com o autor o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade

definida biologicamente constitui-se em uma manipulação evidente.

Os jovens têm interesses, modos de comportar-se e se posicionar no mundo que lhe são próprios, e que esta diretamente relacionado aos extratos sócio econômicos a que pertencem.

Assim se por um momento ser jovem pode ser associado a gozar a vida sem se preocupar e a juventude como uma época de menores responsabilidades, quando esta fase da vida é referenciada e pensada a partir de um jovem em particular as múltiplas formas de ser jovem se despontam. O jovem pobre morador da periferia e o jovem que pertence a outro estrato socioeconômico são iguais e são diferentes. O pertencimento a uma determinada geração os iguala e o pertencimento a classes sociais distintas os distancia como diz Pais (1990). Os jovens pobres, moradores na periferia urbana da cidade tendem ser vistos como um problema social no qual se busca intervir por meio de políticas públicas.

De acordo com Kafrouni (2009) a preocupação com a juventude no Brasil já estava presente desde o século XIX, preocupação esta que era direcionada principalmente a parte empobrecida da população jovem brasileira. Nesta época, de acordo com a autora, o interesse era especificamente em relação aos jovens considerados abandonados e delinquentes. A legislação da época tinha como foco as crianças empobrecidas, órfãos, as que vagavam nas ruas, mendigavam e cometiam pequenas delinquências. O enfoque nessas crianças e jovens perdura até a promulgação do ECA (estatuto da Criança e do Adolescente) na década de 90 (FONSECA, 2013).

O ECA rompe com as políticas anteriores ao colocar como foco de atenção todas as crianças e jovens independente da condição socioeconômica e considera-los como sujeitos de direitos (FONSECA, 2013). Assim é que somente no início da década de 90 as crianças e adolescentes começam a ganhar espaço nas políticas públicas fato que propaga simultaneamente um interesse na implantação de programas e ações que tivessem como foco a juventude.

De acordo com Alves (et. al. 2003) o surgimento de políticas públicas direcionadas aos jovens ocorre no mesmo momento em que aumentava a quantidade de indivíduos pertencentes a faixa etária entre 15 e 24 anos. De acordo com os autores as vozes destes jovens começaram a chamar a atenção da sociedade seja como vítimas ou como protagonistas de problemas sociais. Essa percepção é corroborada por meio dos comportamentos juvenis veiculados nas manchetes de jornal, letras de músicas e até mesmo nos programas e projetos sociais que foram elaborados para os jovens e que seriam os “salvadores” de uma geração “perdida” (ALVES et al., 2003, p. 61).

Essa preocupação de que os jovens não venham a se tornar uma “geração perdida” parece persistir até hoje e fundamenta os motivos pelos quais este estudo foi

feito. Hoje tem crescido bastante os programas, projetos e ações destinados aos jovens. Tais atividades são propostas como um meio que auxilia a formação educativa dos jovens e como uma forma de prevenir desvios como uso de drogas, delinquência, etc, por ocupar positivamente o seu tempo livre evitando que permaneçam no ócio e à mercê dos perigos da rua, como a violência.

Frente a isso buscamos então neste estudo caracterizar as políticas públicas direcionadas aos jovens.

Metodologia

Para a caracterização das políticas públicas direcionadas aos jovens foi realizado um levantamento bibliográfico referente à temática Juventude e Políticas Públicas. Neste levantamento e análise da bibliografia procuramos identificar as concepções que embasam as políticas públicas direcionadas aos jovens.

Uma caracterização das políticas públicas direcionadas aos jovens

De acordo com Abad (2003) as políticas públicas direcionadas aos jovens constituem-se em políticas setoriais ou por categorias de população ou políticas focalizadas, já que estão destinadas a uma parcela específica da população. Neste sentido, de acordo com o IBGE (2010) é importante conhecer de forma detalhada os aspectos demográficos, sociais, culturais, econômicos, de saúde, entre outros, para que segmentos específicos da população, como por exemplo os jovens, possam tem suas demandas conhecidas para que sejam elaboradas políticas alicerçadas em suas necessidades.

De acordo com Rocha (2003) em nosso país é bastante comum a não realização de atividades direcionadas a juventude pobre, pois os governantes não percebem essa necessidade. Para Rocha (2003, p. 13) as políticas direcionadas aos jovens são assim iguais as demais políticas públicas direcionadas a população mais pobres, “de regiões urbanas periféricas que já sofrem sistematicamente em seu cotidiano, a falta da ação governamental”. Neste mesmo sentido Oliveira et al (2003) defende a necessidade de políticas públicas direcionadas a juventude argumentando que há a necessidade de aplicação e ampliação dos recursos direcionado para estas políticas, que para isso devem deixar de serem vistas pelo governo como gastos para passarem a serem reconhecidas como investimentos, já que produzem impactos positivos em nossa sociedade.

Segundo Sposito e Carrano (2003) as políticas públicas direcionadas os jovens sofreram transformações nas ultimas décadas. No Brasil, até a década de 90, as políticas

públicas que abrangiam aos jovens não eram específicas para eles, visto que abarcavam todas as faixas etárias. Estas políticas, portanto, “não estariam sendo orientadas pela idéia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações” (Sposito e Carrano, 2003, p. 17). Para os autores as políticas públicas direcionadas à juventude contemplam uma vasta variedade de orientações. Elas podem ora estar mais próximas a modelos participativos e democráticos, ora podem ser caracterizadas como cidadania tutelada, e ora se constituírem simplesmente como “forma de assistência e controle do Estado sobre a sociedade, sobretudo para os grupos que estão na base da pirâmide social”(SPOSITO E CARRANO, 2003, p. 20).

Sposito e Carrano (2003) ressaltam ainda que as políticas para a juventude implantadas pelo Estado para a juventude além de sua ação imediata podem agir ativamente na produção de novas representações sobre a população jovem, não sendo assim apenas um retrato passivo de como a juventude é concebida socialmente na medida em que podem influenciar na concepção construída da juventude.

Para Sposito e Carrano (2003) é necessário e importante reconhecer que alguns problemas afetam expressivamente a população jovem principalmente os que se encontram no considerado risco social. Este risco social deve ser combatido através das políticas públicas que devem levar em conta os problemas existentes nas diversas áreas, como por exemplo, na de saúde, na de segurança pública e na questão do emprego. De acordo com os autores, no processo de elaboração das políticas públicas é possível perceber que em muitas das formulações a condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, deste modo este processo requer estratégias eficazes de enfrentamento do que comumente é chamado de problemas da juventude.

Sposito e Corrochano (2005, p. 145) afirmam que a opinião pública formada em torno dos jovens no Brasil “sempre teve suas origens na violência, sobretudo nos centros urbanos”. Sposito, Silva e Souza (2006) também afirmam que as percepções em torno da articulação entre jovens pobres e violência influenciou a maioria das ações oferecidas pelos municípios. Com isso os autores relatam a negatividade dessas ações no sentido de que não nascem a partir da constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil moderna, levando em consideração sua diversidade e uma concepção ampliada de direitos. Por essas razões, a introdução das ações traduz uma coerência que dificulta a alteração de imagens que resumem estereótipos negativos em relação aos adolescentes pobres:

No entanto, do ponto de vista das políticas de juventude, a visibilidade que ocorre origina-se, sobretudo, dos adolescentes pobres, em situação de rua ou em conflito com a lei. Essa visibilidade, agravada por um clima de insegurança social, engendra demandas de controle e de disciplinamento da conduta desses jovens. Talvez essa seja uma forte razão para a demora na constituição de um discurso público favorável às políticas de juventude, capaz de romper com a associação entre juventude, vulnerabilidade, risco e violência, inserindo-o na esfera dos direitos das múltiplas cidadanias. (SPOSITO, SILVA E SOUZA, 2006, p.243)

Neste sentido, Sposito e Carrano (2003, p.21) dizem:

Problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Nesse processo é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. (SPOSITO E CARRANO, 2003, p. 21)

Desse modo, as ações que os atingem se inscrevem na lógica de que as iniciativas públicas devem conter ou prevenir a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares, principalmente buscando ocupar o tempo livre destes enquanto estão fora da escola.

Para Abramo (1997) grande parte das políticas públicas destinadas principalmente aos jovens de classe socioeconômica mais baixa, toma o jovem como problema social, a ponto dos programas voltados a eles terem como objetivo central reintegrá-los a ordem, por meio de estratégias de ressocialização, capacitação profissional, ou de controle sob as formas de uso do “tempo livre”:

A maior parte desses projetos destina-se a prestar atendimento para adolescentes em situação de “desvantagem social” (adolescentes carentes é o termo mais usado, visando adolescentes de família de baixa renda ou de “comunidades pobres”) ou de “risco”, termo muito empregado para designar adolescentes que vivem fora das unidades familiares (ou “meninos de rua”), adolescentes submetidos a exploração sexual, ou aqueles envolvidos com o consumo ou o tráfico de drogas, em atos de delinquência, etc.(ABRAMO, 1997, p. 2).

Neste mesmo sentido, em um balanço das políticas públicas destinadas a jovens, tal como faz Abad (2002) ao analisar a evolução histórica das políticas públicas de juventude na América Latina indica que esta é determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e têm como proposta facilitar os processos de transição e integração ao mundo adulto. Assim as políticas públicas na área destinam-se principalmente aos jovens que se enquadram no perfil de pobre, morador de periferia e integrante de família considerada desestruturada.

Concordando com essas argumentações, as políticas públicas direcionadas aos jovens excluídos devem de acordo com Diógenes (2009) serem traçadas com o desafio de ressignificar valores e atitudes dos jovens que se sentem e o são excluídos do acesso a equipamentos e dos diversos serviços urbanos nos seus lugares de convivência. Estes jovens devem ser interligados através de uma “rede de direitos” que os formem como efetivos sujeitos atuantes, ultrapassando sua atuação e vivência de costume. Deste modo, de acordo com a autora, é necessário que sejam construídas políticas públicas pelas quais os jovens atendidos possam realmente viver uma mudança efetiva em suas condições de vida (DIÓGENES, 2009).

A trajetória das políticas públicas direcionadas aos jovens no Brasil é também caracterizada por Kafrouni (2009) que destaca alguns pontos relacionados a concepções e práticas recorrentes a estas políticas.. De acordo com a autora, há uma separação histórica entre duas juventudes: a juventude das elites e a juventude pobre, sendo esta última o alvo das políticas públicas especificamente voltadas aos jovens. Para Kafrouni (2009) a juventude pobre é considerada desde o início do Brasil república sob dois enfoques: como população que ameaça à ordem pública de modo que as praticas promovidas pelas políticas públicas encaram o jovem pobre como carente de valores que devem então ser ensinados a eles; e como população alvo de assistência sendo que a ótica assistencial se mantém até mesmo nos dias atuais. A assistência é encarada como um favor e não como um direito, contradizendo, dessa forma, os avanços jurídicos que atribuem aos jovens o reconhecimento de que são sujeitos de direitos. Kafrouni (2009) aponta ainda para a falta de reconhecimento pelo Estado da condição de cidadãos dos jovens pobres o que é facilmente perceptível pelo baixo estímulo a participação deles nas políticas publicas que lhes são direcionadas. De acordo com Kafrouni (2009) os itens apontados acima evidenciam que as políticas públicas direcionadas aos jovens no Brasil ainda necessitam de uma institucionalidade forte, que poderia contribuir para a legitimidade das ações elaboradas e implantadas e para que os autores dessas políticas se comuniquem entre si, evitando a diversidade de orientações e concepções das ações dirigidas à população jovem.

Tudo isso indica que as políticas públicas direcionadas aos jovens destinam-se

principalmente aos jovens pobres, que pertencem aos estratos sociais mais empobrecidos da população, morador da periferia urbana, integrante de famílias considerada desestruturadas, que tendem a ficar no ócio, mais sujeitos ao desemprego o que acarreta uma perspectiva de vida futura problemática.

Considerações finais

Como se vê os estudos apontam para uma visão negativa dos jovens pertencentes aos estratos sociais mais empobrecidos, sendo a questão da exclusão social fortemente ligada às políticas públicas direcionadas aos jovens pobres.

Sposito e Corrochano (2005), dizem que essa ênfase observada nas políticas públicas destinadas aos jovens empobrecidos tem relação com o fato de que essas são predominantemente direcionadas aos jovens em “situação de exclusão social” ou em condições de “vulnerabilidade” e que podem vir a ser um extrato social problemático na sociedade. As políticas públicas ao visarem a “reintegração social” destas pessoas, são vistas assim como possibilidades de amenizar os problemas provocados por estes jovens. Assim, de acordo com Sposito, Silva e Souza (2006, p.243) o emergente espaço das ações ainda se inscreve na lógica de um consenso dominante onde as “iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares”.

Como se vê questão da exclusão social está fortemente ligada às políticas públicas direcionadas aos jovens pobres visto que este é um grupo social considerado problemático. Assim e na medida em que a exclusão social acaba por embasar a elaboração de programas e ações as intervenções se voltam a preparar o jovem para o seu futuro com o intuito de incluí-los socialmente. Porém como fazer isso se na sociedade não há lugar para todos, como apontam Bauman (2005), Wacquant (2001,2007), Sennett (2006), entre outros. Bauman (2005) se refere ao grupo de excluídos como *lixo humano*, à medida que são considerados inúteis para a sociedade. Os limites e alcances das políticas públicas direcionadas aos jovens pertencentes as camadas mais empobrecidas da população permanece ainda como uma questão ainda a ser aprofundada e investigada.

Concorda-se que o investimento em políticas públicas direcionadas aos jovens é importante, porém destaca-se que estas se fazem presentes de modo pouco significativo evidenciando que o que parece subsidiar a atuação do poder público junto à juventude é a situação de ser mais ou menos vulnerável. Podemos supor que isto ocorre principalmente pelo fato de que os jovens sujeitos das políticas públicas são jovens em desvantagem social, em geral reduzido aos estereótipos de jovens problemáticos ou facilmente sujeitos a “desvio”, uso de drogas e protagonismo de violência. E é neste

sentido que Zaluar (1997) critica este objetivo das políticas públicas norteada por uma visão homogênea e negativa das classes populares:

As políticas sociais devem ser implementadas não porque os pobres constituam um perigo permanente à segurança, não porque venham a ser as classes perigosas, mas porque um país democrático e justo não pode existir sem tais políticas. Em outras palavras, não convém esquecer que, apesar da enorme desigualdade existente neste país, são poucos os jovens pobres que enveredam pela carreira criminosa, exigindo assim, um atendimento especial para eles que considere o contexto social mais próximo de suas ações, tenham eles maior ou menor controle sobre estas (ZALUAR, 1997, p.8)

Ressalta-se que este é apenas o início de um apanhado de elementos que constitui as políticas públicas direcionadas aos jovens. Identificar as características da população a qual estes projetos são direcionados constitui-se como um amplo caminho a ser trilhado.

Referências bibliográficas

ABAD, Miguel. "Las politicas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, cidadania y nueva condicion juvenil". In: **Ultima década**, Viña Del Mar, n.16, 2002.

ABAD, Miguel. Crítica Política das Políticas Públicas de Juventude. In: FREITAS, Maria & PAPA, Fernanda. (orgs). **Políticas Públicas-Juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ABRAMO, Helena. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005a.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, pp. 40-52, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Censo 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=354390>

KAFROUNI, R. (2009). **A dimensão subjetiva da vivência de jovens em um programa social: contribuições à análise de políticas públicas para a juventude**. Tese de Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, SP.

ROCHA, Wallace Scantbelruy da. Os adolescentes em conflito com a lei: uma reflexão In: SILVA, Jaison de Souza e; BARBOSA. Jorge Luiz; & SILVA, Ana Inês(Orgs).**Políticas Públicas no território das juventudes**. Rio De Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006.

SENNETT, R. **La cultura del nuevo capitalismo**. Barcelona, Editorial Anagrama, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes, SILVA, Hamilton Harley de Carvalho e., & Souza, Nilson Alves de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, 2006, 11(32), 238-257.)

SPOSITO, Marília Pontes. & Corrochano, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. Tempo Social- **Revista de Sociologia da USP**, 2005, 7(2), 141-172.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**.Nº. 24, Dez 2003.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro Zahar, 2001

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. REVAN, 2007.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.12, n.35, 1997. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S0102-69091997000300003&lng=pt&nrmiso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300003&lng=pt&nrmiso).